

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
LAÍS DE LIMA RIBEIRO

O ESTUDO DO VOCATIVO:
UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA

BRASÍLIA
2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
LAÍS DE LIMA RIBEIRO

O ESTUDO DO VOCATIVO:
UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA

Trabalho apresentado à
Universidade de Brasília (UnB) como
requisito para a obtenção do título de
bacharel em Letras – Português.

Orientador(a): Walkíria Neiva Praça

BRASÍLIA
2020

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter dado a mim saúde, força e sabedoria para a realização deste trabalho.

A minha família, por acreditar em mim e estar sempre disposta a ajudar.

A minha orientadora, Walkíria Neiva Praça, por ser mais do que apenas uma orientadora, mas uma amiga, com todo seu suporte, suas correções e seus incentivos.

A todos os que direta e indiretamente deram a mim o suporte para que o trabalho fosse escrito.

RESUMO

O vocativo é um termo sintático que tem sido deixado de lado tanto por parte de gramáticos tradicionais como por parte de estudiosos linguísticos. Considerando a língua como um elemento vivo, faz-se imprescindível o estudo do vocativo como pertencente à uma língua que mudou muito ao longo dos anos, mesmo desde a aprovação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Algumas gramáticas foram estudadas neste trabalho, de forma a refletir sobre o que se tem estudado acerca do vocativo, apontando mudanças linguísticas e lacunas nos estudos do vocativo em escolas, cursinhos e outros ambientes de estudo da Gramática.

Palavras-chave: Vocativo, estudo, gramática, linguística, oração.

ABSTRACT

The vocative is a syntactic term that has been left behind by traditional grammarians and a part of linguistics. Considering language as a living element, the study of the vocative as a term that belongs to a language that changed a lot through the years is essential, even since the approval of the Nomenclatura Gramatical Brasileira. Some grammar books have been brought to this study, reflecting about what has been studied about the vocative, showing linguistic changes and gaps on studies of the vocative at schools, preparatory courses and other places of Grammar studies.

Key words: Vocative, study, grammar, linguistic, sentences.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
1.1 – Evolução da língua e mudança linguística	7
1.2 – Nomenclatura Gramatical Brasileira – contradições	9
2 – Padrões questionáveis	10
2.1 – O foco na língua em curso	12
2.2 – O estudo das gramáticas	14
2.3 – Sujeito, vocativo e suas semelhanças	23
3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
BIBLIOGRAFIA	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- GT – Gramática Tradicional
- NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira
- Or – Oração
- Voc – Vocativo

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão sobre o vocativo e suas definições encontradas nas gramáticas tradicionais, assim como suas funções dentro das orações, utilizadas por professores e alunos em nível escolar fundamental e médio e por outras pessoas que queiram usá-las para estudos por quaisquer motivos. Traz também um olhar acerca da construção de orações com a presença de vocativos, de forma a refletir sobre termos essenciais, integrantes e acessórios e sobre uma possível mudança linguística quanto ao uso do vocativo ao longo dos anos.

Sabe-se que a Gramática Tradicional tem como foco a língua escrita formal, de modo que a língua escrita informal e a língua falada não se enquadram. Logo, a língua escrita formal não abarca a língua portuguesa como um todo, mas unicamente uma parte dela, considerada privilegiada por ser o alvo do estudo em escolas e em variados cursos. Diante disso, este trabalho traz um olhar sobre o vocativo que vai além da análise normativa escrita, abrangendo a língua falada comum, sabendo que ela é a forma mais utilizada pelas pessoas na sociedade.

A língua escrita carrega consigo uma formalidade por ser menos utilizada do que a língua falada e seguir com mais rigidez as regras gramaticais tradicionais e acaba por não acompanhar a língua falada, evidenciando a limitação da Gramática Tradicional na descrição da língua. Faz-se necessário, assim, estudar a forma como gramáticos estão apresentando seus conteúdos e, especificamente neste trabalho, analisar como o vocativo está sendo abordado e analisar seu uso em contextos de língua falada, acreditando que este sintagma mereça um estudo aprofundado que vá além do olhar apenas tradicional de língua escrita. Não há sentido ao estudar apenas as regras gramaticais que não se aplicam dentro do contexto de fala.

1.1 – Evolução da língua e mudança linguística

Estudos apontam que na época do grego antigo houve uma preocupação por uma parte dos falantes em conter a evolução da língua,

julgando que a mudança linguística seria algo ruim e desrespeitoso. Até hoje há esse tipo de comportamento, não só por parte dos falantes do português brasileiro como também por parte de outros falantes de variadas línguas por todo o planeta.

Textos clássicos escritos em grego antigo como os escritos de Homero, grandioso poeta grego, eventualmente se tornariam de difícil entendimento pela distância linguística entre o grego moderno e o grego antigo graças à evolução da língua, fazendo com que houvesse uma discriminação da mudança da língua. Somado a isto, estudos apontam que o latim clássico também não permitia dar lugar ao latim vulgar, que já se mostrava como uma evolução da língua utilizada pelas novas gerações que surgiam com o passar dos anos. E não só naquela época como também hoje é possível ver o quão comum são os falsos discursos de que a língua está regredindo ou piorando com o tempo de que a língua está morrendo por não conseguir se manter da forma como a geração anterior a dos novos falantes usava a língua. Marcos Bagno explica este fenômeno:

A reação à mudança linguística é um traço universal das culturas humanas. A língua está de tal forma entranhada em cada um de nós que imaginar que ela um dia deixará de ser o que é se revela uma ideia insuportável, uma noção capaz de causar em muitas pessoas, mesmo que inconscientemente, um medo quase semelhante ao medo de morrer. Porque a mudança linguística é, de fato, a morte da língua tal como uma geração de falantes a conhece (muito embora a língua esteja também, a todo instante, além de morrendo, renascendo). Não é por outra razão que, em praticamente todas as sociedades, se verifica o lamento, da parte dos mais velhos, contra o “descaso” das gerações mais novas com relação à língua, contra a suposta “pobreza” da fala dos mais jovens. Qualquer investigação rápida de textos escritos com muitas décadas ou mesmo séculos de distância por pessoas que assumem a tarefa de “defender” a língua mostra que o discurso dessa defesa é sempre o mesmo, os argumentos se repetem de uma época para a outra, inalterados, de modo que uma coluna de jornal escrita sobre o tema em 1910 poderia ser estampada em 2010 quase sem alterações. (...) E William Labov fala da saudade que as pessoas têm de uma “Idade de Ouro” da

língua, em que ninguém cometia “erros”, uma época mítica que, por isso mesmo, jamais existiu nem existirá.

Marcos Bagno, Gramática pedagógica do Português brasileiro (2011).

Se a língua está em constante movimento e evolução principalmente partindo do ponto da fala, não faz sentido estudá-la em apenas em uma de suas modalidades, principalmente considerando que as línguas escrita e falada não evoluem no mesmo ritmo. Desconsiderar a língua falada faz com que os estudos da língua sejam incompletos, de forma que faz-se necessário trazer uma abordagem para a modalidade de fala também. Prender-se à língua escrita e esperar que suas regras enquadrem-se na língua falada, como pregam muitos gramáticos, é um descaso. Felizmente, a linguística atual buscar trabalhar com a língua falada e tem saído da zona de conforto criada pelas gramáticas tradicionais para ampliar os estudos e quebrar paradigmas tradicionais que trazem tanto preconceito linguístico. As regras impostas pela gramática tradicional são vagas, e a linguística tem buscado estudos cada vez mais completos.

1.2 – Nomenclatura Gramatical Brasileira – contradições

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), criada por filósofos e linguistas da época, foi estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº36, de 28 de janeiro de 1959, com o intuito de padronizar a terminologia nas gramáticas de uso didático. Até antes do estabelecimento da NGB era confuso para os alunos de escolas o estudo da gramática. Por um lado, ela facilitou bastante os estudos por conta da padronização criada, já que o ensino de gramática chegava a ser controverso entre professores, confundindo alunos na hora de fazerem provas importantes. Por outro lado, a NGB limitou-se a apenas listar a terminologia, sem dar quaisquer tipos de definição. Dessa forma, apesar de todas as gramáticas trabalharem com os mesmos termos, as definições permaneceram vagas e sujeitas a divergências

entre estudiosos, sendo ainda visíveis algumas discrepâncias entre uma gramática e outra.

O que se vê sobre o vocativo nos livros didáticos, por exemplo, é pouquíssimo conteúdo. Em famosas gramáticas que estão em circulação com suas mais de trezentas ou quatrocentas páginas, chegando em até mais de mil páginas, são colocadas menos de duas páginas de explicação sobre o vocativo, deixando-o em uma posição como que de banalização em relação aos outros conteúdos ali postos. E, já não bastasse isso, as gramáticas acabam sendo contraditórias entre si em alguns aspectos que serão posteriormente mostrados.

Foram estudados para o presente trabalho os autores Bechara (Moderna Gramática Portuguesa, 2009), Cegalla (Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, 2010), Faraco (Gramática, 1946), Napoleão Almeida (Gramática Metódica da Língua Portuguesa, 2009) e Cunha & Cintra (Nova Gramática do Português Contemporâneo, 2013). Foi estudado, também, o trabalho de Juliana Moreira, em seu livro “Vocativos no Português Brasileiro: um estudo de mudança linguística”, 2018.

O que está sendo visto em estudos mais atuais é que o vocativo não deve ser colocado de lado. Há lacunas em relação ao que se estuda acerca dele, além de informações que não estão sendo postas nas gramáticas e que também não estão sendo tão estudadas por parte dos pesquisadores atuais, de forma a não considerar possíveis mudanças linguísticas. As contradições encontradas nos gramáticos postas neste trabalho comprovam que há lacunas quanto à sua função sintática, sua obrigatoriedade em orações nas quais aparece e seus usos em diferentes contextos, de forma que abre um espaço para reflexões e questionamentos acerca do que vem sendo ensinado e aprendido quanto ao vocativo.

2 – Padrões questionáveis

Para dar início às pesquisas, é importante manter um olhar amplo e buscar todos os tipos de informação que possam ser gramaticalmente

relevantes, a começar pela classificação do vocativo como um termo essencial, acessório ou integrante. A NGB, como já mencionado antes, limitou-se a regular as terminologias gramaticais, mas não deu definições a nenhuma delas. Estão na NGB as separações de termos essenciais, acessórios e integrantes, mas não só não há definições do que seriam esses três como também não há uma lista de termos sintáticos que se enquadram em um ou outro, podendo levar os gramáticos a terem noções vagas ou até diferentes sobre estes enquadramentos.

Por conta das lacunas em relação às informações vagas por parte da NGB nesta questão, é importante levantar questionamentos sobre o que essencialmente seriam essas divisões e se estão sintaticamente corretas. Foram, então, estudadas algumas gramáticas para trazer esta reflexão.

São postas neste trabalho as definições dos termos essenciais, integrantes e acessórios encontradas na gramática de Napoleão de forma a ter uma noção clara por parte da Gramática Tradicional (GT), ferrenhamente defendida pelo autor. Os termos essenciais são classificados como aqueles que contribuem para a formação da oração, divididos em sujeito, predicado, predicativos do sujeito e do objeto e predicação verbal (transitividade verbais). Os termos integrantes são classificados como aqueles que necessariamente completam o sentido de algum outro termo e que são necessários na oração para que haja sentido completo, divididos em complemento nominal, complemento verbal, objetos referentes às transitividade verbais (objeto direto, objeto indireto, objeto direto preposicionado) e agente da passiva. Os termos acessórios são classificados como complementos que aparecem na oração com efeito meramente informativo, sendo eles adjuntos adnominal e adverbial, aposto e vocativo.

Diante dessas definições, fica aqui alguns questionamentos: será que os outros elementos tidos como acessórios não contribuem também para a formação da oração de forma a serem semanticamente necessários para passar uma mensagem de alguma determinada forma no momento em que são usados? Por que o predicativo do sujeito e o predicativo do objeto são considerados como termos essenciais, sendo que não estão presentes em

qualquer oração, assim como termos essenciais e acessórios? Por que os predicativos não são considerados como termos integrantes? Ademais, existem orações consideradas como “sem sujeito”. Ora, o sujeito não seria parte imprescindível para a formação da oração? Por que pode ser retirado?

Abrem-se também precedentes para outros questionamentos: é válido encaixar o sujeito e o predicado como termos essenciais da oração, considerando a argumentação verbal. Mas por que os complementos verbal e nominal não podem ser então termos essenciais, considerando que completam a significação de termos essenciais de forma obrigatória para obtenção de sentido? E por que os termos acessórios também não podem ser considerados como essenciais, já que no momento em que são usados são muito relevantes para a construção semântica? Talvez a forma como são analisados os termos da oração deva ser repensada, de forma a levar em consideração as muitas maneiras de construir orações para determinados objetivos na comunicação, dentro de variados contextos.

2.1 – O foco na língua em curso

Juliana Moreira é uma autora e pesquisadora da linha gerativa, mas que possui grande importância para este trabalho, de forma a trazer inspiração para muitos questionamentos tratados aqui. Ela traz, além de uma análise sintática mais elaborada, uma questão sobre mudança linguística em relação ao uso do vocativo. Se é possível falar de uma diferença entre dois tipos de vocativo, então é possível levantar um estudo em relação a preferências de usos, quais sejam a escolha entre vocativo + oração (Voc+Or), oração + vocativo + oração (Or+Voc+Or) ou oração + vocativo (Or+Voc).

A autora baseou seu estudo de mudança linguística em diálogos de peças teatrais escritas entre os séculos XIX e XX, com o objetivo de analisar textos que se aproximam da língua falada, representada pelos atores, e que possui um número considerável de orações com a presença de vocativos em situação de discurso direto. Após uma análise de 1420 construções contendo vocativo e não contendo elipse de verbo, e após um árduo trabalho estatístico

com evidências qualitativas e quantitativas, variações de tempo, pragmática e análise sintática das orações, a autora chegou em resultados consistentes.

Foi identificado que há uma mudança linguística em relação à posição do vocativo na oração. A construção [Or + Voc] foi vista como a construção de preferência de uso a partir da segunda metade do século XIX e que foi implementada de fato como uma mudança a partir da segunda metade do século XX. Atribui-se a esta mudança fatores internos como o contexto sintático, sintagmas que correspondem ao vocativo de forma lexical, participação ou não do vocativo no contexto da fala e a possibilidade de movimento do vocativo dentro da oração (que, como já colocado neste trabalho, contribui para uma diferença de função do próprio vocativo), comprovado também por meio de estudos feitos a partir das estruturas arbóreas das orações estudadas. A autora constatou, também, que a mudança é resultado de uma competição da gramática da Língua-I e da Língua-E.

Vale ressaltar que as definições de Língua-I e Língua-E são definições do gerativismo, linha seguida pela Juliana Moreira, que não considera dependência entre a linguagem e o meio no qual ela está inserida. A Língua-I trata-se da competência linguística que um indivíduo possui, de forma que é o conhecimento que o indivíduo tem sobre a língua de forma individual e desconexa da Língua-E, que, por sua vez, trata-se do desempenho linguístico que um indivíduo possui. Está ligada diretamente com o ambiente no qual a pessoa está inserida, de forma que a Língua-E seria a própria Língua-I em uso, tendo influência direta do meio e das ideias criadas a partir dele.

Para entender melhor sobre o vocativo e sua construção, faz-se importante, além de explicitar os dados de estudo sobre o vocativo, expor o que cada autor das gramáticas estudadas neste trabalho considera o que é uma oração, de forma a entender a colocação do vocativo nas orações de acordo com a visão de cada autor de gramáticas. A partir dos dados expostos do estudo da Juliana Moreira, é interessante observar as disparidades que virão a seguir entre os estudos incompletos (da gramática tradicional ou não) e estudos mais completos, mais coerentes e mais focados, principalmente considerando a língua em curso.

2.2 – O estudo das gramáticas

Napoleão (2009) coloca o vocativo como um termo acessório da oração e classifica-o como um elemento que indica apelo e chamamento, sendo ele isolado por vírgulas. Pode também, de forma não obrigatória, acompanhar a interjeição “ó”, sendo ela exclusiva para o uso do vocativo. Pode vir acompanhado por um adjunto adnominal, como em "homem de pouca fé, por que deixou seus filhos sem a luz da ciência?". O autor considera o vocativo como pertencente à oração pelo fato de considerá-lo como um termo acessório, que faz com que ele esteja no mesmo grupo dos adjuntos adverbial e nominal e aposto.

Napoleão erra ao dizer que "a própria pontuação indica ao aluno o vocativo". Esta análise é estritamente gramatical, desconsiderando modos de reconhecimento do vocativo pela fala e formas de isolamento por vírgula de outros termos dentro da oração. É possível perceber que, no momento em que os falantes utilizam o vocativo, existe uma pausa que marca o nome ou palavra correspondente a alguém dentro do discurso, dando a entender que se trata de um chamamento. Ademais, são atribuídos diversos tipos de entonações que podem atribuir algum sentimento e/ou juízo de valor.

Mesmo quando se trata de uma análise gramatical, a afirmação de Napoleão está incorreta porque há outros termos que podem ser isolados por vírgula, tornando a informação dada por ele extremamente confusa e fora de uma análise discursiva maior. O adjunto adverbial deslocado, os apostos explicativo e enumerativo e até mesmo a oração subordinada adjetiva explicativa são isolados por vírgula(s), que segundo a própria GT, o uso é obrigatório. Além do mais, há exemplos em que o vocativo pode ser isolado não só por vírgulas, mas também por ponto de exclamação, pelo ponto de interrogação e até mesmo pelas reticências, como nos exemplos: “Matheus! Cuidado!”, “Matheus, tá tudo bem?” e “Matheus... se cuide”. Limitar a vírgula ao vocativo e limitar o vocativo à vírgula é um erro gramatical grave, assim como limitar a análise da separação do vocativo ao uso da escrita.

Na gramática de Napoleão, encontra-se uma definição bastante superficial do que seria uma oração. Ao mesmo tempo em que coloca que “é desnecessário dizer que é de muita importância esse estudo”, limita-se a dizer que a oração consiste em uma “reunião de palavras ou a palavra com que manifestamos aos nossos semelhantes, de maneira completa, um pensamento. Tanto manifesta um pensamento o indivíduo que diz ‘Vivo’ – muito embora esteja a proferir uma só palavra – com o que diz: ‘Eu estou com saúde’”.

É curioso que em sua definição não esteja dizendo sobre a presença do verbo como de suma importância para definir e delimitar os argumentos verbais, pois sem esta definição é mais complexo delimitar o que vêm a ser os termos essenciais, integrantes e acessórios. Expõe também que dentro de uma oração as palavras exemplam função sintática em relação às outras. Mas qual seria, por exemplo, a grande diferença entre oração e frase, considerando isto? O próprio autor tenta sanar esta dúvida, dizendo:

“Se a reunião de vocábulos forma o **vocabulário**, a reunião de termos, isto é, de palavras enquanto expressam uma ideia, forma a **frase** ou locução, que virá a ser a expressão do pensamento. A frase constitui, pois, o elemento fundamental da linguagem. *O livro de Pedro – Os grandes olhos de Maria* – são frases, porquanto constituem reunião de termos ou ideias, sem nada afirmar nem negar. Se a frase encerrar uma declaração, isto é, se afirmar ou negar alguma coisa, ela passará a chamar-se **oração**” (grifo do autor).

Após a leitura, é possível perceber que as definições dadas tanto para oração como para frase, ainda que de forma comparativa tentando mostrar as diferenças, são extremamente superficiais. Mesmo não querendo dizer que a oração precisa de um verbo, ele está presente em todos os exemplos que o autor coloca. A falta de uma explicação concisa sobre o que é uma oração compromete o estudo sobre termos essenciais, integrantes e acessórios. Não é possível, também, supor que qualquer pessoa que esteja estudando a partir de sua gramática tenha um conhecimento prévio do que é uma oração,

principalmente considerando que autores diferentes podem ter visões diferentes sobre o mesmo assunto.

Já Bechara explica que o vocativo está desligado da estrutura argumental da oração, mas não diz que ele não pertence à oração. Diz que é separado por uma curva de entoação exclamativa com uma função apelativa de segunda pessoa do discurso, podendo vir seguido pela interjeição "ó", apelativa. O autor completa dizendo que o vocativo por si só pode constituir uma frase exclamativa ou um fragmento de oração, assim como as interjeições. Ele pode, também, aproximar-se do aposto explicativo como no exemplo "Tu, meu irmão, precisas estudar!".

Bechara define oração, em sua gramática, como uma estrutura caracterizada pela presença de um verbo, que reúne duas unidades significativas e que entre elas estabelece-se a relação predicativa (sujeito e predicado), que é ao que o autor se refere quando menciona os argumentos em sua definição de vocativo, ao afirmar que ele não faz parte da estrutura argumental da oração.

De fato, os argumentos gramaticais que o verbo pode exigir são o sujeito e um complemento para si, que se tornariam juntos uma oração. Isto a GT sempre deixou bastante claro, e o próprio autor coloca que nisto se baseia especificamente a análise gramatical. Se o vocativo está, então, "desligado da estrutura argumental da oração", então, para Bechara, é um termo que não é requerido pelo verbo. Mas se formos analisar mais profundamente a definição de oração dada por ele mesmo, vê-se que há lacunas quanto ao que pode ou não pertencer a uma oração. Em momento algum, ele diz exatamente que o vocativo não pertence à oração, mas as duas definições juntas (de vocativo e oração) dão a entender que o vocativo não faz parte da oração. Há, inclusive, outros termos que não são argumentos verbais e que estão presentes em uma oração, mas que então não poderiam ser considerados como pertencentes a ela, como é o caso do aposto e dos adjuntos adnominal e adverbial, que são considerados pela GT como termos acessórios e que não fazem parte da argumentação verbal; logo, não fazem parte da oração.

Ainda na mesma gramática, Bechara explica um pouco do que ele considera como um termo acessório. Diz que são termos não argumentais justamente por não serem requeridos pelo verbo, e que têm a capacidade de serem eliminados da oração por possuírem uma coesão fraca e que por serem independentes sintática e semanticamente, possuem liberdade de colocação por meio da marca de pontuação, sendo então termos marginais. O questionamento que fica é: já que esses termos são acessórios e marginais por não serem requeridos pelo verbo e que podem ser eliminados por coesão fraca, significa, então, que em qualquer situação seria viável e não-prejudicial a nenhuma oração a retirada desses termos, sintaticamente e semanticamente?

Parece que, mais uma vez, vê-se uma explicação sendo contraditória em si mesma. Para uma determinada situação, em um determinado contexto, o falante sente a necessidade de utilizar um determinado termo acessório que completa o sentido do enunciado. Será que em contextos onde é preciso chamar a atenção de alguém, o vocativo é totalmente retirável? E em contextos onde é necessário passar uma informação sobre um assunto, um adjunto adverbial de lugar, por exemplo, seria totalmente retirável? E um aposto explicativo, de forma a excluir alguma ambiguidade, seria totalmente retirável? Observe os exemplos a seguir:

- a) Filho, vem já aqui!
- b) Matheus, Matheus... eu vi a bagunça que você fez.
- c) Ana, a de cabelo comprido, não foi à escola hoje.
- d) Ontem à noite, Tiago faleceu em um acidente de moto.

Pensando em uma situação hipotética, considerando a letra “a”, uma senhora possui dois filhos, uma menina e um menino. A mãe quer chamar o menino para tal tarefa, e usa uma oração como a colocada. Se não houvesse o vocativo, teria sido em boa parte perdida a intenção de chamamento fortificada pelo vocativo. E, ainda mais, o verbo “vem” não se encontra no vocativo, o que é comum em uma fala coloquial. O uso do verbo na forma indicativa não impede que quem ouça a oração entenda um chamamento, mas notoriamente o vocativo faria falta caso fosse retirado na letra “a”, por exemplo, não só em situações de ênfase, mas também como retirada de ambiguidade. O sujeito

oculto “você” não permite que seja inicialmente compreendido qual dos dois filhos a mãe quer chamar, já evidenciando uma relação semântica bastante necessária entre o vocativo e o sujeito.

Já na letra “b”, o vocativo “Matheus” não tem relação semântica com o sujeito simples “eu”, mas sim com o termo “você”. No entanto, ele carrega consigo um sentimento de tristeza e/ou alerta que, se o vocativo fosse retirado, não teria sido passado corretamente.

Na letra “c”, pode-se imaginar uma cena em que Ana, que compartilha este mesmo nome com outras 5 meninas de sua escola, faltou. Se o aposto explicativo não tivesse sido colocado, evidenciando uma característica que permite que o receptor da mensagem entenda a qual Ana a pessoa está se refere, não seria possível identificar, fora do contexto, qual das 5 Anas não foi à escola.

Para a letra “d”, pode-se imaginar uma situação em que dois colegas estão conversando e um deles gostaria de informar ao outro que Tiago faleceu. Quando este tipo de afirmação surge, é normal que sejam feitas mais perguntas acerca do tema, sendo então utilizado um adjunto adverbial. A pessoa que deu a informação contida na letra “d” provavelmente já sabia que o outro que conversava com ela iria querer saber mais detalhes sobre o assunto, já que é o tipo de situação que causa curiosidade por detalhes. Então, o uso do adjunto adverbial de tempo, seguido de uma vírgula e topicalizado (uso em primeira posição, privilegiada), faz-se necessário por ser uma forma de complementar informações no momento em que elas estão sendo expostas. Será que é coerente afirmar que termos acessórios são de coesão fraca ou inferir que são desnecessários?

Bechara também expõe uma aproximação do vocativo com o aposto explicativo. Sobre aposto, explica que ele é “um substantivo ou expressão equivalente que modifica um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva como amanhã, hoje, etc). É curioso ver que nesta definição de aposto, o autor expõe que é um termo que modifica um núcleo nominal. A oração “tu, meu irmão, precisas estudar!” colocada por ele mesmo ao exemplificar um vocativo que se parece com um aposto, realmente dá a

entender que há uma linha tênue quanto à classificação de “meu irmão”, que está isolado por vírgulas. Por um lado, é possível entender o lado explicativo (que modifica um núcleo nominal) que provém do aposto e que dá mais características sobre a pessoa a quem se refere “tu”. Por outro lado, este mesmo termo possui o sentido de chamamento, de forma que no predicado contém uma ordem atribuída ao sujeito, a quem se refere o termo “meu irmão”.

Em uma breve pesquisa feita para este trabalho, cujos participantes foram alunos dos ensinos fundamental e médio, alunos de Letras e pessoas com diversas formações acadêmicas, foi perguntado se eles considerariam o termo “meu irmão” como vocativo ou como aposto. Como resultado, 53% das pessoas acreditam que o termo seja um aposto e 47% delas acreditam que o termo seja um vocativo.

Analisando os dados, é possível ver que há confusões quanto à função sintática (ou à aparente “falta” da função sintática) do termo, e que talvez não se trate apenas de uma classificação que possa indicar alguma outra função sintática, mas sim de uma real confusão na qual as pessoas possuem dúvidas. E tanto não é de classificação óbvia e/ou tão clara assim que a maioria das pessoas votou em aposto, considerada como a opção equivocada. Uma participante chegou até a mencionar em particular que seria possível haver duas análises diferentes de acordo com a entonação dada no momento de fala, o que traz ainda mais questionamentos: será que um termo em uma oração pode ter uma análise sintática variada? E se for pensada a forma como a entonação é usada, será que ela é o suficiente para mudar uma análise sintática?

Isto mostra que a análise sintática pura e totalmente formalista sem o auxílio da semântica e fora de contexto é, em certo ponto, inviável. As pessoas acabam tendo dificuldades para distinguir um e outro. Não em todos os casos, o vocativo guarda uma relação com o sujeito, como é o caso da letra “b”. Ele tem, no entanto, uma relação semântica com o termo “você”. Se há uma relação semântica e uma relação com a construção da referência, por que afirma-se com tanta certeza que o vocativo não tem função sintática?

Cegalla explica o vocativo como um termo utilizado para chamar ou interpelar a pessoa, o animal ou uma coisa personificada para a qual as pessoas se referem, sendo ele isolado por vírgula, ponto de interrogação ou ponto de exclamação e referindo-se à segunda pessoa do discurso. Pode vir acompanhado da interjeição "ó", que traz também com ela um apelo. O autor termina sua explicação afirmando que o vocativo não pertence à oração pelo fato de não pertencer ao sujeito ou ao predicado.

Ao menos, Cegalla não é confuso e contraditório como Bechara e Napoleão. Ele mesmo dá uma conclusão muito clara e direta: se o vocativo não faz parte dos argumentos verbais, ele não pertence à oração. Sabendo disso, o autor acaba de dar, também, a definição de oração, sendo ela necessariamente composta pelos termos “essenciais” que compreendem os argumentos verbais.

Cabe, então, mais uma discussão: se o vocativo é um termo que não pertence à oração, que tipo de análise há sobre ele? Se for pensado desta forma, ele no mínimo deveria funcionar sozinho (pois sequer haveria motivo para sua existência, gramaticalmente, se nenhum dos dois casos fossem contemplados), de forma que não acarretaria nenhum tipo de prejuízo (sintático e semântico) tanto para a oração na qual o vocativo estaria inserido quanto o próprio vocativo. É impossível pensar em alguma situação em que o vocativo fora de contexto teria completude semântica. O próprio autor menciona que o vocativo pode vir isolado por uma exclamação ou uma interrogação, como em:

e) Elesbão? Ó Elesbão! Venha ajudar-nos, por favor! (Maria de Lourdes Teixeira)

E é possível ver o vocativo ainda separado da oração em um discurso, sendo ele interrompido pela fala de outra pessoa, como em:

f) - Filho!

- Oi, mãe!

- Venha jantar.

Por estes exemplos, é mais do que clara a noção de que o vocativo por si só não tem completude semântica e que ele sozinho não tem sentido completo. Quando utilizado, espera-se que a pessoa que usou o vocativo

continue sua fala. Já se foi dito anteriormente que o vocativo possui extrema relevância semântica para a oração, e agora mostra-se que ele não pode ter, sozinho, uma semântica completa.

Faraco e Moura colocam o vocativo como um termo à parte, dizendo que não pertence ao sujeito e nem ao predicado, sendo então um termo que chama ou interpela algo ou alguém, separado por vírgulas. A definição dada por este autor é extremamente vaga, destinando ao vocativo apenas meia página de sua gramática. A impressão que é passada é a de que os autores não quiseram entrar em detalhes para não haver maiores discussões sobre o vocativo, ou a de que ele não possui tanta relevância assim para destinar mais páginas a ele. Talvez os autores até saibam que há lacunas a serem preenchidas quanto às definições de vocativo e só não queira sair do superficial para não levantar dúvidas. Talvez, até, não tenham um pensamento crítico sobre o assunto e então publicou sua obra sabendo que os aprendizes que estudassem por ela teriam um estudo vago e que talvez fosse o suficiente para ser aprovado em uma prova na escola ou em algum vestibular. O aluno precisa aprender a ter um pensamento crítico acerca do que ele está estudando e merece um aprendizado mais completo.

A definição de oração dada pelos autores é a de que “oração é a frase ou a parte de uma frase que se organiza em torno de um verbo ou uma locução verbal. A oração é constituída, geralmente, de dois elementos: **sujeito** e **predicado**, ou, pelo menos, de um predicado” (grifos dos autores). Antes de começar a comentar esta definição, os autores explicitam também que “à unidade mínima de comunicação linguística dá-se o nome de **frase**” (grifo dos autores).

A oração, então, pode ser entendida como uma frase verbal, já que não se foi estabelecida uma diferença entre elas. Dessa forma, entende-se que o vocativo não pertence aos termos que “se organizam em torno de um verbo”, sujeito e predicado, que são os argumentos verbais. Infere-se, então, que uma unidade mínima de comunicação linguística que possui um verbo, no caso uma oração, deva ser formada por sujeito e predicado. Tudo aquilo que não é termo essencial da oração, então, é algo colocado a mais, de forma que não pode ser

considerados como pertencente à oração. Só que no momento em que eles precisam explicar o que seria o vocativo, não explicam de forma clara como ele é ou como pode ser estabelecido dentro de uma oração, além de ser um termo acessório isolado por vírgulas.

Cunha & Cintra classificam o vocativo como termo que não é subordinado a nenhum outro e que é isolado do restante da frase, servindo apenas para chamar, nomear e invocar. Ele pode ter uma relação com algum dos termos na oração, mas dá a entender que o vocativo não é classificado como pertencente à oração. O exemplo colocado para explicitar a relação foi "Dizei-me vós, Senhor Deus!", inferindo-se, então, que a relação estabelecida é unicamente semântica. O vocativo pode ser acompanhado da interjeição "ó" com o objetivo de dar ênfase, sendo isolado por vírgula ou ponto de exclamação.

Quanto ao que os autores consideram como oração, basicamente é resumido como estrutura formada pelo conjunto de argumentos verbais (sujeito + complemento do verbo), não havendo outras explicações além desta. Se não é argumento verbal, mais uma vez, considera-se que o vocativo não faz parte da oração e

No livro de Cunha & Cintra, não há uma definição concreta do que seria uma oração. Na verdade, a oração é representada por eles basicamente como o que possui sujeito e predicado, tanto que a parte da gramática que deveria dizer alguma definição para a oração dá apenas a definição de sujeito e predicado, seguidos pela definição de sintagma nominal e verbal. Supõe-se então que oração apenas aquilo que possui sujeito e predicado, não deixando claro sequer que seria uma construção criada a partir dos argumentos verbais. É mais um caso de um autor que não dá especificações claras quanto ao que seria uma oração e que ainda assim expõe o vocativo como algo que não pode pertencer a ela. Enquadram-se, então os mesmos questionamentos já vistos nos autores mencionados neste trabalho. A presença do vocativo é imprescindível para entendimento completo, assim como a presença de outros termos acessórios e integrantes que não podem ser retirados quando inseridos em um determinado contexto.

2.3 – Sujeito, vocativo e suas semelhanças

Ilari e Basso (2009) dividem o sujeito em três categorias: sujeito gramatical (palavra que determina a concordância), sujeito lógico (a quem pertence a iniciativa da ação) e sujeito psicológico (o assunto da sentença). A anáfora, a reflexivização e o controle de referência encaixam-se também como pertencentes ao sujeito gramatical. Os exemplos colocados pelos autores foram:

g) Maria entregou as chaves aos dois guardas.

Nesta sentença, o sujeito gramatical, o sujeito lógico e o sujeito psicológico estão no mesmo termo, que é Maria. Ela faz a concordância verbal, ela é quem faz a ação e ela quem é o assunto da sentença. No entanto, é possível que as três categorias de sujeito não estejam presentes no mesmo termo, como em:

h) Aos dois guardas, Maria entregou as chaves.

i) As chaves foram entregues aos dois guardas.

j) Quem entregou as chaves aos dois guardas foi Maria.

Na letra “h”, o sujeito lógico e o sujeito gramatical é o termo “Maria”. No entanto, o sujeito psicológico passa a ser “aos dois guardas”. No caso da letra “i”, o sujeito psicológico e o sujeito gramatical são “as chaves”, mas o sujeito lógico continua sendo “Maria”, sabendo-se que ela foi quem entregou as chaves pelo contexto. E, na letra “j”, o sujeito psicológico e o sujeito gramatical é “quem entregou as chaves, e o sujeito lógico é “Maria”. Tudo isto mostra a relevância da semântica para a construção de uma sentença, de forma a obter um entendimento que vai além de regras gramaticais. Além disso, os objetivos de fala, para um determinado entendimento, podem fazer com que a ordem dos termos na sentença sejam alterados. Esta alteração, porém, não ocorre de qualquer forma. Os termos precisam se encaixar semanticamente e gramaticalmente, mantendo o mesmo sentido ainda que com focalizações diferentes dos termos das sentenças.

Analisando o conceito de sujeito psicológico, é possível chegar à conclusão de que ele pode ser qualquer termo sintático que exerça semanticamente o papel de assunto da sentença. Na letra “h”, o sujeito psicológico é o objeto indireto do verbo “entregar”, deslocado para a posição inicial da sentença. As próximas orações são um pouco diferentes, mas também é possível analisá-las da mesma forma:

- k) Em casa, consigo dormir tranquilamente.
- l) O corpo do menino sírio a humanidade enterrou na alma.
- m) Filha, vá já para a cama!
- n) Matheus, cuidado para não se atrasar para a aula.

O sujeito psicológico na letra “k” passa a ser o adjunto adverbial deslocado “em casa”, que está na primeira posição da sentença. Na letra “l”, há este mesmo caso com um objeto direto (o corpo do menino sírio), topicalizado. Nas letras “m” e “n”, tem-se em primeira posição um vocativo.

É importante ressaltar que o vocativo possui também um controle de referência. Há situações em que o vocativo não está necessariamente ligado semanticamente com o sujeito, como quando ele é usado apenas para chamar alguém e contar uma situação sobre outra pessoa, como em “Mônica, eu estou quase saindo de casa”. No entanto, na maior parte dos usos, o vocativo acaba fazendo algum tipo de referência semântica para o sujeito ou para algum objeto (direto ou indireto), como em:

- o) Vem ver nossa foto, Gustavo!
- p) Natália, a Emily te viu ontem na festa!

A referência posta pelo pronome pessoal do caso reto catafórico “nosso” na letra “o” e pelo pronome pessoal do caso oblíquo anafórico na letra “p” fazem uma referência semântica de extrema importância para a oração como um todo. O primeiro ponto a ser analisado é a questão de que os pronomes estão fazendo referência ao vocativo, de forma que a aparição deles faz-se necessária, o que desfaz a afirmação de que ele pode ser simplesmente retirado da oração por ser um termo “acessório”. O vocativo, neste caso, faz parte da regência semântica da oração, e por mais que ele sozinho não seja um argumento verbal, tem uma ligação forte com o restante da oração. Outro

ponto a ser analisado é que esta questão da referência se faz presente também para o próprio sujeito, o que torna o vocativo ainda mais parecido com ele.

Há uma certa confusão por parte dos estudantes de escolas e cursinhos em geral ao aprenderem sobre vocativo por acreditarem que ele é o sujeito gramatical da oração. Ora, é uma dúvida que faz sentido, já que a chance de o vocativo e o sujeito serem semanticamente relacionados é alta. Na letra “m”, por exemplo, o vocativo “filha” é relacionado ao sujeito oculto “você”, argumento do verbo “ir” colocado no modo imperativo. Além do mais, o vocativo está na primeira posição da oração (a privilegiada), onde, de acordo com a gramática tradicional, o sujeito deve permanecer na maioria dos casos. Por estes motivos, os alunos podem crer que o vocativo possa estar exercendo o papel de sujeito gramatical, até que o professor venha a esclarecer e explicar que o vocativo não pode ser considerado o sujeito gramatical da oração.

A reflexão trazida neste ponto é justamente a possibilidade de o vocativo exercer a função de sujeito; não o gramatical, por não ser argumento verbal, e não o lógico, por não tomar a iniciativa das ações (considera-se que o vocativo é o termo sintático que semanticamente é a pessoa a quem está sendo feita uma ordem, um pedido ou um apelo. Por este motivo, não caberia ao vocativo a iniciativa de ações verbais). Ele pode sim, no entanto, exercer a função de sujeito psicológico.

A primeira posição da sentença tem extrema importância e para a Gramática Tradicional a importância se dá por ser onde o sujeito gramatical estaria sempre colocado, salvo exceções. No entanto, Eunice Pontes (ANO) traz diversos estudos que comprovam que as pessoas costumam usar a primeira posição da sentença para evidenciar algum termo já colocado dentro da oração, mesmo não sendo o sujeito. O que é visto a partir dos dados é que, no momento de fala, o falante coloca em primeira posição o termo que ele julga ser mais importante para o entendimento completo daquilo sobre o que ele está querendo dizer e que vai além de uma questão estilística para o caso da escrita.

É importante ressaltar que estudos feitos por Eunice e por outros linguistas apontam que o uso da voz passiva conforme a GT diz que seria o uso correto praticamente não existe mais. A pragmática traz recursos para mudar o sujeito de lugar, e que podem independer de marcações verbais. A partir dela, usa-se deslocamento de termos para a posição privilegiada localizada à esquerda da oração para que a intenção de fala seja suprida a partir do foco que o falante quer dar à sentença, podendo vir com ou sem pausa evidenciada por vírgula.

A primeira posição da oração pode, portanto, dar lugar a outros termos que não sejam o sujeito. Alguns podem vir seguidos ou não de uma pausa (sendo a pausa o uso de uma vírgula), de forma a evidenciar um termo que se sobressai em importância no momento da fala/escrita. Se subentende-se que a primeira posição é dada para um termo de tão grande importância, por que ele pode ser considerado como um termo acessório?

O vocativo é comumente construído por classes gramaticais específicas, como em:

- q) Juliana, você viu meu óculos?
- r) Tu! Quem és tu?

Em “q”, a classe gramatical da palavra utilizada para o vocativo é substantivo, e em “r”, pronome. No entanto, é possível ver interjeições que parecem funcionar também como vocativo, mas que semanticamente não possuem exatamente a função de chamamento, como em:

- s) Meu Deus, que fila grande!

Na letra “s”, o interlocutor está isolando por vírgula a expressão “meu Deus”, cuja classe gramatical é interjeição. Semanticamente, sabe-se que a pessoa não está chamando Deus e conversando com Ele, até porque o objetivo é apenas reclamar de uma fila grande, sem dirigir a informação para outra pessoa. “Meu Deus”, neste caso, está exprimindo uma emoção de indignação com a informação seguinte. Mas em sentenças como na letra “t” colocada em seguida, talvez já não funcione tanto assim:

- t) Meu Deus, me ajuda nessa prova!

Nessa oração, desta vez, o interlocutor está chamando Deus. A impressão que se passa para orações como a letra “s” é a de que em algum momento houve um tipo de transformação da interjeição para um vocativo, de forma puramente semântica. Pensar em uma mudança a nível sintático é um pouco mais complexo porque é necessário estudar um pouco mais sobre possíveis funções sintáticas de uma interjeição, assunto que a gramática tradicional não aborda e que está hoje sendo estudado por linguistas. É possível que haja algum tipo de transição da função da interjeição para a função do vocativo em determinadas sentenças. A função sintática da interjeição, que ainda não foi estudada o bastante para que se tenha conclusões de qual seria, pode ser transformada na função sintática de vocativo, função esta que a gramática tradicional diz não existir. Ora, se é possível analisar uma distinção sintática entre os dois termos, então significa que existe função sintática em ambos, que pode então ser estudada e desenvolvida em futuros trabalhos.

Além do mais, a questão entonacional pode ser um fator determinante para que se faça a distinção entre o que seria um vocativo e o que seria uma interjeição de fato. Tanto o vocativo como a interjeição possuem uma característica de fala muito marcante. O vocativo tem a função de chamamento, e para ela há uma determinada entonação na língua falada. A interjeição, por sua vez, possui uma função de exclamativa (cuja emoção varia de acordo com o contexto da oração e com o que o falante quer expressar). Essas duas formas entonacionais são claramente distintas para os falantes da língua portuguesa. Se a forma como a oração é pronunciada influencia na morfossintaxe, então compreende-se duas coisas: a primeira é a presença de mais uma evidência de que a língua escrita realmente não consegue acompanhar a língua falada em âmbitos maiores do que alguns gramáticos esperam, e que as regras gramaticais realmente não abarcam completamente a língua, como alguns linguistas e professores pregam, já que é possível compreender a grandiosidade de um estudo que vai muito além de regras da GT. A segunda é que, mais uma vez, a afirmação de Napoleão de que a vírgula

poderia identificar o vocativo em uma oração mostra-se equivocada, como já mencionado anteriormente.

Outra situação que deve ser vista em relação aos vocativos é que é possível ver situações onde há dois em uma única oração, podendo ser um seguido do outro ou um no início e outro no final, como nos exemplos:

- u) João, filho! Não acredito que você não desligou o forno antes de sair!
- v) Heloísa, você fez o dever, filha?
- w) - Aline!
 - Diga!
 - Você precisa dormir, amiga!
- x) Renata, cuidado com o buraco, Renata!
- y) Meu Deus, menino! Não diga bobagens.

Em relação a orações como estas, podem ser levantados alguns questionamentos. Quando o sintagma não é repetido mas sim substituído por outro sintagma, uma possível interpretação sintática é a de que não sejam dois vocativos mas sim um vocativo acompanhado de um aposto explicativo. Na letra “c”, por exemplo, pode ser possível entender o termo “filho” como um sintagma explicativo de “João”. Mas será que a gramática tradicional prevê um aposto como uma possibilidade de explicação de um sintagma nominal como o vocativo, considerando que ele não é considerado como pertencente à oração? O aposto não tem como ter sentido completo se não tiver um termo dentro da oração ao qual ele possa ser ligado. Se este termo ao qual ele está ligado for um vocativo, será que ele seria um aposto solto e sem sentido? Na verdade, a oração tem sentido completo, e especificamente em relação a esta interpretação, observa-se uma lacuna em relação a isso por parte da gramática tradicional.

Há, no entanto, uma segunda interpretação, que é a de que são dois vocativos postos em uma mesma oração, seja um seguido do outro (como na letra “c”) ou colocados em posições distantes na oração (como na letra “f”). Juliana Costa Moreira, em seu livro “Vocativos no português brasileiro – um estudo de mudança linguística”, expõe que considera em orações como as

exemplificadas acima trata-se do uso de dois vocativos usados em uma mesma oração, e para explicar a diferença entre os dois traz um estudo significativo para este trabalho. De acordo com os estudos feitos pela autora, há uma diferença em relação à função que o vocativo desempenha dentro da oração de acordo com a posição, incluindo na análise da função a entonação usada para cada caso.

Divide-se, assim, o vocativo em dois tipos: o primeiro, chamamento; o segundo, destinatário. Segundo a autora, o vocativo de chamamento está sempre em primeira posição e é utilizado de forma a estabelecer um contato com a pessoa a quem o falante está se referindo ou em uma situação de disputa de atenção, sendo pronunciado com uma determinada ênfase na fala. O vocativo de destinatário, por sua vez, é utilizado quando o falante quer manter um contato que já foi estabelecido com a pessoa a quem se refere, com menor ênfase. Possui, portanto, um sentido de uso diferente do tipo chamamento.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o objetivo deste trabalho consiste em dar voz ao estudo do vocativo, que por décadas tem sido colocado em último plano por parte dos linguistas e de estudiosos em geral. Há muitas lacunas e discordâncias em relação ao vocativo quando estudadas algumas gramáticas, o que causa incômodo no momento de estudo. O vocativo está sendo ensinado de formas distintas e possivelmente equivocadas, e muitas questões envolvendo este sintagma não estão sendo respondidas, sendo apenas colocadas para trás. A visibilidade do estudo deste sintagma faz-se necessário, pois se a língua tende à mudança de forma constante, por que o vocativo seria uma exceção a ela?

A divisão dada pela NGB dos termos sintáticos em essenciais, integrantes e acessórios já apresenta indagações dignas de maior exploração em um futuro trabalho. Se um termo em específico é usado em uma oração em uma determinada situação e um determinado momento, não é correto afirmar que ele pode ser eliminado da oração sem que haja prejuízo semântico. Esta

questão abre uma brecha para o estudo da composição de uma oração, que também poderá ser abordada em trabalhos futuros, de forma a refletir sobre os termos postos em uma sentença para que ela seja de fato considerada uma oração, já que há incongruências em relação aos termos que são obrigatórios ou não para a formação da oração.

Foram estudados alguns gramáticos (Napoleão, Bechara, Cegalla, Cunha & Cintra e Faraco) para a verificação de como o vocativo está sendo ensinado em suas gramáticas. Algumas questões foram levantadas acerca do vocativo, como sua inclusão dentro da estrutura da oração, o uso da pontuação como forma de indicação do vocativo na oração, sua semelhança com o sujeito e com o aposto (estruturalmente e semanticamente) e as possibilidades que um vocativo tem de carregar valor adjetivo. Em futuros trabalhos, será possível estudar de forma mais ampla sobre estas pontuações.

Juliana Costa Moreira foi uma autora de estudo base para este trabalho. Em seu livro “Vocativos no Português Brasileiro”, traz indagações que conversam com o presente trabalho, trazendo extensos estudos sobre uma possível mudança linguística em relação ao vocativo e a colocação estrutural do vocativo dentro da oração e dividindo o vocativo em dois tipos, chamamento e destinatário, pontuando a diferença semântica que eles podem trazer dentro da oração quando usados simultaneamente.

Por fim, espera-se que este trabalho tenha contribuído para o despertar do interesse quanto ao estudo do vocativo para o público leitor, de forma que cresça a contribuição da descrição e da análise deste sintagma no português brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

CUNHA, Celso; CYNTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FARACO, MOURA, **Gramática**. 19. ed. São Paulo: Ática, 1946.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. Parábola Editorial, 2009.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: A língua que estudamos, a língua que falamos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MENDES DE ALMEIDA, Napoleão. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOREIRA, Juliana Costa. **Vocativos no português brasileiro: um estudo de mudança linguística**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

NEVES, Maria Helena. **Gramática de uso do português**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

PONTES, Eunice. **O tópic no português do Brasil**. Pontes, 1987.